



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

A GESTÃO DEMOCRÁTICA NA RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA

SUELI ANTONIA DE SOUSA

BELO HORIZONTE

2013

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG) FACULDADE
DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

A GESTÃO DEMOCRÁTICA NA RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA

Trabalho apresentado como requisito necessário para a conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação da Professora Marielle Morais de Oliveira do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

BELO HORIZONTE

2013

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao meu esposo Adamastor, a meus filhos Enzo e Isabella.

Amo Vocês!

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus autor da vida e por tudo que tem me concedido; ao meu esposo e aos meus filhos por compreender minha ausência; a minha mãe Geralda pelo amor e confiança; o meu pai Antônio (saudades...) exemplo de vida; aos meus irmãos pelo incentivo; aos colegas Damião, Leila, Eloísa e Cida pelo auxílio quando precisei e a professora e orientadora Marielle Morais de Oliveira tão presente nos momentos de dúvidas.

RESUMO

O presente trabalho apresenta reflexões a respeito do tema: Gestão Democrática na Relação Família e Escola, onde Pretende refletir sobre a participação da família no contexto escolar e a importância de garantir uma educação de qualidade por meio de uma gestão participativa, tornando a escola espaço de discussão e atuação junto à comunidade. Visa ainda contribuir e conscientizar sobre a inserção da família na escola; onde a mesma busca estratégias para envolver a clientela na construção do processo ensino-aprendizagem, bem como nos processos de decisão sobre o prisma de uma gestão democrática. O objetivo desse estudo é mostrar a importância do Projeto Político Pedagógico junto à gestão, no sentido de gerir as ações, metodologias, avanços e/ou dificuldades apresentada pela clientela atendida, bem como melhorar, organizar, sistematizar e dá significado às atividades desenvolvidas na escola como um todo, por meio da participação efetiva das famílias. Este trabalho utiliza como meios a pesquisa bibliográfica e/ou documentada e observações feitas em uma Escola Pública do Município de São João das Missões. Garantir uma educação de qualidade é o que almeja toda escola, e para tal precisa unir escola e família dentro de uma perspectiva alinhada à realidade escolar.

Palavras-chave: Escola, Família, Participação, Gestão Democrática, Projeto Político Pedagógico.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	06
1. GESTÃO DEMOCRÁTICA NA RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA.....	09
1.1 A Participação da Família da Escola.....	09
1.2 A Gestão Democrática na Escola.....	10
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	13
REFERÊNCIAS.....	14
ANEXO Projeto Político Pedagógico	15

INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta reflexões a respeito do tema: Gestão Democrática na Relação Família e Escola, onde o cenário atual é uma escola pública do Município de São João das Missões, este contexto se dá mediante as mudanças de uma sociedade transformadora e que tem os reflexos apontados no interior das escolas.

Este tema foi escolhido após estudar e analisar o Projeto Político Pedagógico da referida instituição, onde o mesmo apresenta a escola numa busca por uma gestão democrática com participação ativa de todos os envolvidos, visando aprimorar a qualidade do ensino. Sendo necessário abordar dois momentos de reflexão: A participação da família na escola e A gestão democrática na escola.

Assim cabe ao gestor ser articulador de um trabalho que visa à participação e a coletividade de todos no processo ensino-aprendizagem, pois a educação se dá com laços estreitos entre escola e família, buscando formas de interação mais afetiva e esta relação precisa ser analisada numa perspectiva democrática contribuindo para uma reflexão sobre o cotidiano escolar.

O diálogo entre a comunidade escolar vem mostrando as mais variadas formas de inserir os saberes nas múltiplas culturas que apresenta à escola, uma vez que a troca de conhecimentos enriquece o currículo e desperta na clientela o interesse em aprender cada vez mais.

Cabe a escola como instituição social assumir sua responsabilidade, no sentido de garantir que a aprendizagem aconteça, discutindo e reconstruindo as problemáticas que as famílias apresentam, pois sozinhas não dão conta de socializarem seus filhos, deixando muitas vezes a cargo da escola.

Mediante este contexto acredita-se que a gestão democrática possa efetivar suas funções juntamente com as famílias apesar dos reflexos que a sociedade emana.

Nesta perspectiva o dever de educar não é apenas da escola como afirma a LDB em seu 2º artigo:

A educação dever da família e do estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL,1996)

Desta forma a educação pode ocorrer tanto no lar quanto em outras instituições e a família tem a função de educar para os desafios da vida, construindo conhecimentos voltados para o respeito e os princípios éticos. A articulação para este resultado se dá através de uma gestão democrática, mediação e consecução de objetivos educacionais voltados para um mútuo acompanhamento que possibilite enriquecer os instrumentos metodológicos nas práticas do dia-a-dia.

Percebe-se que a escola reconhece o valor da família e a sua participação ativa vem transformando o trabalho para uma gestão democrática.

Este trabalho utiliza como meios a pesquisa bibliográfica e/ou documentada e observações feitas em uma Escola Pública do Município de São João das Missões que enfoca a escola como espaço não apenas de transmitir conteúdos, mas de aprofundar conhecimentos, reconhecer valores e também de oferecer instrumentos para o cidadão compreender as relações sociais.

O objetivo desse estudo é mostrar a importância do PPP junto à gestão, no sentido de gerir as ações, metodologias, avanços e/ou dificuldades apresentada pela clientela atendida, bem como melhorar, organizar, sistematizar e dá significado às atividades desenvolvidas na escola como um todo, por meio da participação efetiva das famílias.

Faz-se necessário que o cidadão conheça e reconheça sua influência e participação na escola, esta, nem sempre alcança a realidade das famílias, mas contribui para uma sociedade heterogênea e em constante transformação da qual o educando faz parte.

O propósito da escola é interligar a gestão democrática às atitudes e decisões do cotidiano escolar, visando a participação ativa das famílias e suas diferentes opiniões que dão base para o processo de reflexão, crescimento e pertencimento, essa lógica exige novas práticas para consolidação das ações desenvolvidas pela escola, bem como evidenciar a necessidade de uma gestão que seja capaz de

desenvolver alternativas de organização e constitua uma estrutura dinâmica e com eficácia junto às demandas sociais.

Libâneo (2004, p.79) afirma que:

A participação é o principal meio de se assegurar a gestão democrática da escola, possibilitando o envolvimento de profissionais e usuários no processo de tomada de decisão e no funcionamento da organização escolar. Além disso, proporciona um melhor conhecimento dos objetivos e metas, da estrutura organizacional e de sua dinâmica, das relações da escola com a comunidade, e favorece uma aproximação maior entre professores, alunos e pais.

Assim, como coloca o autor, é com a participação que tem em vista uma gestão democrática, onde todos livres e conscientes escolhem e apóiam de forma clara e objetiva a melhor forma de gerir uma instituição de maneira que possibilite a transparência, a democracia, e que todos se sintam atores de uma escola que constrói sua história no dia-a-dia, tendo como gestor um líder aberto e dinâmico rumo ao ensino aprendizagem.

1. GESTÃO DEMOCRÁTICA NA RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA

1.1 A Participação da família na Escola

A escola como instituição social é vista como um lugar que, para melhor se desenvolver deve compartilhar suas funções com a família e isso implica no crescimento social e cognitivo do aluno. Com esta função de ampliar e sistematizar tais conhecimentos necessita colocar seus propósitos e objetivos diante das famílias na qual se faz clientela; embora hoje os padrões familiares vem se transformando através de influencias políticas, sociais e econômicas.

A família deve ser parceira da escola e esta relação trará resultados no desempenho dos alunos, sabe-se que as dificuldades encontradas no interior das escolas são muitas e as famílias deixam a responsabilidade por conta da escola ou mesmo tem dificuldade de se relacionarem.

Muitas vezes as famílias se intimidam em procurar a escola, principalmente se o seu filho for aquele aluno que dá trabalho, por isso cabe a escola como ponto de partida buscar estratégias de relações e interação, uma vez que juntas terá sucesso no desempenho escolar e social do cidadão.

A participação da família na escola precisa melhorar muito; onde os pais ou responsáveis devem sentir-se à vontade ao fazer parte deste ambiente para que assim sua participação seja com compromisso, sincera e acima de tudo valorizados pela escola independente das diferenças culturais e ou sociais que apresentarem.

Falar da presença da família na escola é falar do rendimento do aluno, pois aquele aluno que tem bom rendimento é bem assistido pela família, enquanto os que não têm apresenta baixo rendimento.

Conforme o artigo 205 da Constituição Federal, “A legislação estabelece que a família deve desempenhar papel educacional e não incumbir apenas à escola a função de educar”. (BRASIL, 1988).

Baseado nisso, pode-se afirmar que a família apesar de sofrer muitas transformações sociais, ainda é o alicerce de todo cidadão, por isso é que a escola aposta nesta parceria e tenta a todo o momento fazer com que a mesma toma espaço dentro dela. Vale ressaltar que o apoio dos pais e a troca de experiência entre família/escola tende a enriquecer o currículo; e se conhecendo a escola pode adequar seu planejamento e ações às expectativas de sua clientela.

Nesse contexto a melhor forma de avaliar a família está nos deveres de casa.

É notório ver o perfil das famílias neste acompanhamento que muitas vezes fica a desejar, alegando que não tem tempo disponível, não tem conhecimento, não tem materiais didáticos pedagógicos disponíveis.

Resende (2008, p.389) afirma “(...) as famílias não pode deixar somente para a escola a responsabilidade pela aprendizagem dos filhos, devendo implicar-se com esse processo, inclusive apoiando a realização dos deveres”.

A sociedade hoje cobra um cidadão preparado para inserir na sociedade de forma crítica e harmoniosa; portanto cabe as famílias alicerçar o caráter de seus filhos e a escola ampliar estes valores, bem como conhecimentos que os levam a fazer parte da sociedade cívica. Assim educar é uma missão de todos.

(...) tanto a família quanto a escola desejam a mesma coisa: preparar as crianças para o mundo; no entanto, a família tem suas particularidades que a diferenciam da escola, e suas necessidades que a aproximam dessa mesma instituição. A escola tem sua metodologia e filosofia para educar uma criança, no entanto ela necessita da família para concretizar o seu projeto educativo. (PAROLIM, 2003, p. 99)

Neste sentido família e escola precisam uma da outra, mesmo que cada uma se organize do jeito próprio de serem, suas diferenças precisam ser valorizadas através do diálogo, do valor, do respeito às culturas, mas, porém; com um único objetivo que é o desenvolvimento do aluno/filho. Vale lembrar que a escola com uma gestão democrática não funciona sozinha, por isso seus projetos devem ser construídos coletivamente para assim ter avanço no ensino.

1.2 A Gestão Democrática na Escola

O gestor dentro de uma escola precisa assumir a luta por uma democratização, unindo as ações de teoria e prática com a participação de todos nas decisões do processo ensino-aprendizagem.

Uma gestão democrática é condição para uma escola com o ensino de qualidade frente às demandas e mudanças que o cidadão envolve no dia-a-dia. Neste contexto a comunidade escolar precisa envolver mais. Sabe-se que uma gestão democrática não se faz tão fácil, mas o gestor deverá buscar estratégias para ir transformando e fundamentando seus objetivos, tempo e espaço no coletivo.

Nesta perspectiva, os diretores precisam tomar consciência de que a escola é de todos e para todos, e que a participação direta dos pais e comunidade tende a enriquecer seu trabalho e dá efeito na aprendizagem dos alunos. Uma vez os pais tendo voz e vez e sendo conhecedores de seus filhos, ficará mais fácil adequá-los aos interesses da escola, pois escola é o resultado do que o aluno produz.

Percebe-se que o envolvimento ativo da comunidade escolar nos projetos da escola ainda é muito limitado e isso causa acomodação por parte dos gestores; esta é a luta que deve ser vencida diante de uma escola que precisa ser repensada e reestruturada viabilizando a participação e inserção das famílias dentro da mesma.

Assim, o diretor deve provocar a participação, o saber falar e o saber ouvir, traçando dentro da escola rumos que atenda à perspectiva de vida de todos os envolvidos.

Pode-se confirmar nas palavras de Luck (2006, p.21)

Uma forma de conceituar gestão é vê-la como um processo de mobilização da competência e da energia de pessoas coletivamente organizadas para que, por sua participação ativa e competente promovam a realização, o mais plenamente possível, dos objetivos de sua unidade de trabalho, no caso, os objetivos educacionais.

Nesse sentido os objetivos da escola serão alcançados se na gestão houver a organização para a participação ativa, a coletividade, a oportunidade do diálogo frente às tomadas de decisão e nas propostas pedagógicas e administrativas que norteiam os trabalhos da escola como um todo.

A Lei nº 9394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) no artigo 14 faz referência a gestão democrática em seus dois incisos:

Art.14º. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática no ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I- Participação dos profissionais da educação na elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola.

II- Participação das comunidades escolares e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Estas afirmativas tende a nos alertar sobre a importância do envolvimento de equipes dentro da escola de forma a buscar compreender suas necessidades e ao mesmo tempo fazer com que esta parceria venha também a atender as necessidades da comunidade. Visto que a escola é lugar de ampliar os

conhecimentos, conhecimentos estes que são peculiares e ricos para o cidadão viver e conviver de modo crítico e participativo na sociedade.

É missão de a escola desenvolver no aluno sua identidade através da participação, da assimilação cultural do desenvolvimento de valores e atitudes, bem como de relações interpessoais, e isso se dá mediante uma gestão planejada e que visa uma construção de convivência.

Uma escola democrática conquista através de pais, alunos, professores, funcionários e comunidade uma aprendizagem significativa não deixando que o autoritarismo se oculte em atitudes, mas sim que estas atitudes sejam aferidas junto à comunidade de forma que suas mudanças ocorram juntamente com as mudanças da comunidade na qual ela está inserida.

A convivência democrática se faz na prática, garantindo que todos os envolvidos no trabalho escolar saibam como funciona a escola e ao mesmo tempo interferindo nas definições, estratégias e decisões nos rumos que a escola precisa e deve tomar. Baseado nestas colocações percebe-se que a escola do Município de São João das Missões na qual refiro, vem estreitando as relações família/ escola, permitindo discussões construtivas, e com esta experimentação é percebido pouco a pouco o rumo que vem tomando para uma gestão democrática. Esta lógica faz com que as relações sociais adquiram características próprias e cada um posicionar diante do que é novo ou desafiador dando sua opinião.

Vale ressaltar que o gestor vem aos poucos dando oportunidades para que a comunidade escolar envolva, mostre suas capacidades e conhecimentos e ao mesmo tempo adquira com a escola a ampliação dos mesmos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho pretendeu argumentar sobre a importância da interação escola e família e viabilizar com esta parceria a construção do ensino, da identidade e da autonomia. Percebe-se dentro deste contexto a necessidade de mudança de hábitos por parte dos pais em relação a escola, visto que muitos alegam não estar presente por falta de tempo, compromisso com o trabalho ou a baixa escolaridade.

A presença dos pais na escola passa segurança para o filho e traz maior participação, comunicação e interesse em viabilizar o desenvolvimento de ações propostas.

Contudo, este estudo veio reforçar a parceria que é preciso entre escola e família, pois assim será possível ser atendido às expectativas da sociedade que é alcançar uma educação de qualidade. Entretanto, ao desenvolver este trabalho foi possível perceber a preocupação da gestão e da comunidade escolar em estender os interesses da escola à comunidade na qual esta inserida, visto que a mesma demonstra vontade e curiosidade em entender os processos pelos quais passa a escola, onde desta forma, traça caminhos para uma gestão democrática.

Assim a gestão procura atender ao que está previsto no PPP, que é possibilitar um ambiente democrático, onde haja diálogo entre família de forma que todos participem coletivamente das ações da escola.

É possível pensar uma escola que ofereça educação de qualidade e que favoreça a sua clientela espaço para formar pessoas questionadoras, pois a escola sendo espaço de contradições é também lugar de crescimento, de troca de experiências e acima de tudo de reconhecimento. A escola precisa ser aberta e acessível a todos de forma que o saber da escola seja articulado ao saber da comunidade, promovendo assim o pleno desenvolvimento do aluno.

Enfim, este trabalho requer da escola o convívio democrático onde a gestão precisa sair da teoria e partir para um diferencial que é a prática do dia-a-dia de forma transparente e articulada com a comunidade tendo juntamente com os professores a função de trazer as famílias para a escola a fim de fortalecer e dar segurança no aprendizado dos alunos de forma eficaz.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB**. Lei nº 9394/1996.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Ministério das Comunicações, 1988.

ESCOLA MUNICIPAL TEODOMIRO CORRÊA. **Projeto Político Pedagógico**. São João das Missões. 2013.

LIBANEO, J.C. **Organização e gestão da escola: Teoria e prática**. Ed.5. Goiânia: Alternativa, 2004.p.79.

LUCK, Heloisa. **A gestão participativa na escola**. Petrópolis, RJ: Vozes. Série Caderno de Gestão. 2006.p.21.

OLIVEIRA, D.A (org) **Gestão Democrática da Educação: Desafios Contemporâneo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

PAROLIM, Isabel. **As dificuldades de aprendizagem e as relações familiares**. Fortaleza, 2003.p.99.

RESENDE, T.F. **Entre escola e família: revelações dos deveres de casa**. Paidéia, 2008, Disponível em: <http://www.scielo.br/paideia>.

ANEXO



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS-UFMG
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO (LATU SENSU) EM GESTÃO ESCOLAR
PROJETO VIVENCIAL**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL
TEODOMIRO CORRÊA**

**DAMIÃO DE SOUSA SANTOS
ELOÍSA DE FÁTIMA ALKMIM
LEILA APARECIDA DE SOUZA
MARIA APARECIDA DE SOUZA
SUELI ANTÔNIA DE SOUSA**

**BELO HORIZONTE
2013**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS-UFMG
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO (LATU SENSU) EM GESTÃO ESCOLAR
PROJETO VIVENCIAL

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL
TEODOMIRO CORRÊA

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação da Professora Marielle Morais de Oliveira do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.

BELO HORIZONTE
2013

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	03
1. FINALIDADES DA ESCOLA	06
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	08
2.1 Estrutura Organizacional Administrativa	08
2.2 Estrutura Organizacional Pedagógica.....	12
3. CURRÍCULO.....	16
4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES	19
5. PROCESSOS DE DECISÃO	21
6. RELAÇÕES DE TRABALHO.....	25
7. AVALIAÇÃO	26
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	27
REFERÊNCIAS	29

INTRODUÇÃO

A Escola Municipal Teodomiro Corrêa localizada na sede do município, na rua Presidente Juscelino, nº. 251, Centro, na cidade de São João das Missões – MG. Funciona em prédio próprio em coabitação com a Escola Estadual Aline Dias Neves.

Em 12 de Janeiro de 1959, chegaram os primeiros professores, com o objetivo de realizar matrícula. Em seguida foram criadas e aprovadas 03 (três) classes que funcionaram a partir de 02-02-1959, com a denominação de Escolas Isoladas de Missões.

A partir de 1964 recebeu a denominação de Escolas Combinadas de Missões, devido a grande demanda de alunos. Em 30 no Minas Gerais de 06-07-74, foi publicada a denominação de Escola Estadual de Missões de 1º grau tipo I, onde irá ministrar o ensino de 1ª a 4ª séries atendendo os alunos da sede do então distrito de São João das Missões e das localidades mais próximas.

A escola adquiriu uma situação legal de acordo a Resolução nº. 2.139/76 de 26-11-1976. No MG, de 09-02-80, Resolução 3.426/80, foi publicada a criação da 5ª série.

No MG, de 25-11-80, a escola passou a se chamar-se Escola Estadual Teodomiro Corrêa, a seguir saíram as seguintes publicações respectivamente: MG.21-02-81, Resolução 3.609/81, 6ª série, MG 12-03-82, Resolução 4.199/82, 7ª série, MG.29-01-83, Resolução 4.542, 8ª série. Com a emancipação do município de São João das Missões, desmembrando-se de Itacarambi, o novo município recebeu do município mãe 09 (nove) escolas municipais, localizadas na Reserva Indígena Xacriabá, a partir daí, foi feito novo cadastramento e verificamos que ainda existia 573 (quinhentos e setenta e três) alunos fora da escola.

Havendo um aumento substancial de alunos, o número de escolas passou para 21 (vinte e uma). De acordo a LDB: 9394/96 a Educação Indígena passa a ser de responsabilidade do estado.

Todas as 21 (vinte e uma) escolas municipais passaram a ser de responsabilidade do estado. Todas as 21 (vinte e uma) escolas municipais estadualizaram ficando o município em débito, pois a demanda estava toda na Reserva Indígena.

Então fez-se necessário a municipalização da Escola Estadual Teodomiro Corrêa, bem como de suas vinculadas, a partir daí o município passou a atender o número de alunos dentro da sua cota que é de 722 alunos.

Com a municipalização a escola passou a denominar Escola Municipal Teodomiro Corrêa, tem sua fundamentação legal na Lei Municipal nº 026/97 de 09/10/97 e na Resolução Estadual nº 8465/98 MG. 31-01-98. A escola atualmente, 18-04-2005, atende cerca de 848 (oitocentos e quarenta e oito) alunos do ensino fundamental da escola sede e turmas vinculadas.

O município em 2005 aderiu à organização de Ensino Fundamental com duração de 09 anos, a Resolução Nº 469/03, da SEE/MG, o Decreto 12/05 da SME/MG com o intuito de ingressar os alunos um ano mais cedo no ensino fundamental onde as séries iniciais são organizadas em ciclos e as finais em séries.

A escola segue a Resolução 521/04 e a Resolução nº 1086/2008 que dispõe sobre a organização e o funcionamento do ensino fundamental nas escolas estaduais de Minas Gerais.

A escola estrutura-se nas seguintes dependências existentes; uma (01) secretaria, uma (01) sala de professores, uma (01) cozinha, uma (01) biblioteca, um depósito de alimentos, quatro (04) banheiros dentro do prédio, um (01) masculino e outro feminino para educandos e dois (02) para educadores, um depósito para arquivo morto, área coberta, treze (13) salas de aula com 40m².

Os equipamentos de cozinha são: um (01) fogão industrial, um (01) liquidificador industrial, uma (01) balança, dois (02) freezer, um (01) liquidificador, uma (01) geladeira, dois (02) mimeografo / duplicador a álcool, (02) caixas de som, três (03) computadores com duas (02) impressoras, um (01) note book, uma (01) televisão, dois (02) aparelhos de DVD, um (01) bebedouro, um (01) projetor de slide, um (01) suporte de bandeiras, três (03) bandeiras; do Brasil, Estado e Município, um (01) micro system, um (01) kit de microfone sem fio, uma (01) máquina copadora e ventiladores em sala de aula, na secretaria e biblioteca.

A Escola Municipal Teodomiro Corrêa participa do programa Bolsa Família, do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e do Agente Jovem.

A Alimentação Escolar é oferecida aos alunos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). A destinação do lixo produzido na escola é dada à coleta periódica.

A Escola Municipal Teodomiro Corrêa, oferece o Ensino Fundamental de 09 anos, organizado em anos e ciclos. São dois (02) ciclos: Ciclo de Alfabetização com duração de três (03) anos, divididos 1º ano, 2º ano, 3º ano e Ciclo Complementar com duração de dois anos, divididos em 4º ano e 5º ano.

Os anos finais do Ensino Fundamental têm a duração de quatro (04) anos; 6º ano, 7ºano, 8º ano e 9º ano.

A Educação de Jovens e Adultos de Ensino Fundamental, obrigatório e gratuito, para os que não tiveram acesso na idade própria é organizado em etapas, em regime anual, no período noturno de 1ª a 4ª série. A EJA funciona em 21 aldeias da Reserva Indígena Xacriabá como 2º endereço.

Há três turmas multisseriadas integradas à Escola Municipal Teodomiro Corrêa que exerce respectivas funções educativas na zona rural situadas na Fazenda Traíras, Fazenda São Bernardo e Periperi, atendendo as turmas do Ciclo Inicial de Alfabetização e Ciclo Complementar de Alfabetização.

A escola comporta um (01) diretor, quatro (04) supervisores, quarenta (40) educadores, três (03) secretários, um (01) auxiliar de secretaria, três (03) auxiliares de multimeios didáticos, três (03) reitores disciplinares, dezoito (18) auxiliares de serviços gerais e um guarda.

A Instituição constitui-se de 1.020 alunos; 66 alunos no 1º ano, 68 alunos no 2º ano, 74 alunos no 3º ano, 96 alunos no 4º ano, 63 alunos no 5º ano, 102 alunos no 6º ano, 73 alunos no 7º ano, 60 alunos no 8º ano, 105 alunos no 9º ano, 41alunos na multisseriada e 313 alunos na Educação de Jovens e Adultos.

A escola atende nos três turnos; no período matutino atende os anos iniciais, no período vespertino atende do 6º ao 9º ano e o 1º ano.

E no período noturno atende 8º e 9º ano e Educação de Jovens e Adultos, dos anos finais do Ensino Fundamental. As turmas multiseriadas funcionam no período matutino.

O documento foi construído pela gestão pedagógica com a participação da comunidade escolar. Nela consta a política educacional do Ensino Fundamental de 9 anos e Educação de Jovens e Adultos que funciona no 2º endereço; na Reserva Indígena Xacriabá.

A construção foi feita através de pesquisa, grupos de estudos, debates e entrevistas. Para nós, diretor, supervisores e educadores que redigimos esse documento de acordo com o contexto.

1. FINALIDADES DA ESCOLA

A escola é um mundo social que tem a vida própria repleta de uma diversidade cultural distinta; de valores, etnias, linguagens, ritmos e ritos próprios.

A Escola Municipal Teodomiro Corrêa busca formar cidadãos pensantes, ativos e democráticos que saibam atuar em sociedade com o ser social.

Os educandos do Ensino Fundamental da Escola Municipal Teodomiro Corrêa (sede), são filhos de agricultores, lavradores, domésticas, pedreiros, diaristas, desempregados e funcionários públicos. Uns estudantes são filhos de mães solteiras e pais separados e moram com a mãe ou avó.

A maioria dos pais tem um nível de escolaridade baixo, com isso, dificulta a assistência escolar para o filho educando. Os educandários da Educação de Jovens e Adultos são: Índios, pedreiros, domésticos e diaristas que trabalham para o sustento da família em suprir as necessidades pessoais.

Os que estudam na zona rural, ou seja, nas escolas vinculadas são filhos de produtores rurais, domésticas e diaristas.

A Escola Municipal Teodomiro Corrêa sempre busca resgatar a cultura regional e local introduzindo-a nos conteúdos curriculares e adaptando-a ao contexto socioeconômico dos educandos.

A comunidade escolar também valoriza a cultura através das festividades de São João, padroeiro do município. Visa à formação do homem através da educação para viver bem construindo uma sociedade justa, igualitária, solidária, participativa e consciente.

O cidadão é um ser social por natureza devido atuar cotidianamente no meio social. É importante que cada um seja conhecedor de direitos e deveres para serem homens autônomos e democráticos, sabendo como agir e tomar decisões diante diversos ou determinados fatos.

O cidadão deve ser formado, preocupando não só com o letramento, mas com sua formação social. Para isso deve haver um intercâmbio entre professor, aluno e sociedade, uma vez que, estes, conhecendo a realidade em que o cercam possam buscar novos caminhos para o processo educacional; buscar uma educação de responsabilidade a fim de formar cidadãos críticos e participativos.

É necessário a valorização dos aspectos sociais e políticos dos seres que vivem no meio que ao adquirirem conhecimento transformarão a sociedade em que vivem. Não podem jamais ignorarem esses aspectos.

2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

2.1 – Estrutura Organizacional Administrativa

A Instituição Educacional comporta no geral 73 (setenta e três) funcionários, subdividindo-se em: 01 diretor, 04 especialistas da educação, 02 secretários, 02 auxiliares de secretaria, 39 professores, 03 auxiliares de multimeios didáticos, 15 auxiliares de serviços gerais, 03 reitores disciplinares e 01 guarda, 21 professores de Educação de Jovens e Adultos.

O Diretor tem como função específica de ser articulador político, pedagógico e administrativo da escola.

Ele tem como atribuição e dever:

- Administrar o patrimônio da escola que compreende as instalações físicas, os equipamentos e materiais;
- Coordenar a administração financeira e a contabilidade da escola;
- Fazer levantamento das necessidades de recursos para atender à previsão de despesas rotineiras e eventuais da escola;
- Elaborar o orçamento da escola, submetendo-o á aprovação do conselho, providenciar o recebimento de verbas oficiais e orientar a captação de recursos em outras fontes, aplicar em tempo hábil, os recursos obtidos, tendo em vista o atendimento às necessidades da escola;
- Submeter ao conselho da escola a prestação de contas dos recursos aplicados, favorecerem a gestão participativa da escola, gerenciar ações de desenvolvimento dos recursos humanos da escola;
- Participar do levantamento de necessidades de capacitação do pessoal da escola, providenciar ações de capacitação dos profissionais da escola,

tendo em vista as necessidades identificadas, encaminhar demanda de cursos aos órgãos competentes quando necessário;

- Orientar o funcionamento da secretaria da escola, estabelecer a rotina de funcionamento da escola, garantindo a regularidade das atividades e informações, orientar a secretaria da escola sobre normas e procedimentos referentes a escrituração escolar e a situação funcional dos servidores, organizar arquivos de legislação referente á educação, supervisionar a análise de processos de regularização de vida escolar, participar do atendimento escolar, colaborar na realização do cadastro escolar, propor a expansão de níveis e modalidades de ensino, com base nas necessidades da comunidade promover a regularização do fluxo escolar;
- Tomando medidas que visem à redução da evasão e de repetência, representar a escola junto aos demais órgãos e agencias sociais do município;
- Coordenar a elaboração, implementação e avaliação do plano de desenvolvimento da escola;
- Articular a comunidade na elaboração, implementação, acompanhamento e avaliação do plano de desenvolvimento da escola, coordenar a elaboração do plano de desenvolvimento da escola, viabilizando a participação de todos, conforme a dinâmica de planejamento estabelecida, promover a integração dos diversos setores da escola, visando assegurar a unidade necessária à efetivação do plano de desenvolvimento da escola, com base nos resultados da avaliação.

Ao Serviço de Secretaria compete:

- Executar os serviços de escrituração e arquivo escolar recrutado na forma da Lei;
- Conhecer e aplicar a legislação de ensino na área de sua competência, colaborar com a direção da unidade escolar no planejamento, execução e controle das atividades escolares;

- Coordenar as atividades de Secretaria da Escola e do pessoal auxiliar, proceder à escrituração escolar conforme disposto na legislação vigente, zelar pela conservação de material sob a guarda, pela boa ordem e higiene em seu setor de trabalho;
- Organizar e manter organizados cadastros, arquivos, fichários, livros e outros instrumentos de escrituração da unidade escolar, redigir ofícios, exposição de motivos, atas e outros expedientes, preparar certidões, atestados, históricos escolares e outros documentos solicitados, coletar, apurar, selecionar, registrar e consolidar dados para elaboração de informações estatísticas;
- Zelar pelo uso e conservação do material, mobiliário e equipamento sob sua guarda;
- Solicitar do professor a entrega de diário de classe em tempo determinado;
- Desempenhar outras atividades compatíveis com a natureza do cargo que lhe forem atribuídas pelo Diretor.

Compete ao Ajudante de Serviços Gerais:

- Os serviços gerais são destinados à conservação;
- Limpeza e distribuição de merenda escolar;
- Acatar as ordens da direção da escola, quanto ao horário de trabalho e distribuição dos serviços, cumprirem o horário de trabalho, de acordo com a legislação vigente;
- Comparecer as reuniões, quando solicitados;
- Zelar e cuidar da limpeza e conservação do prédio, do mobiliário escolar e dos materiais didáticos;
- Colaborar nas disciplinas da escola, atender com presteza aos professores do estabelecimento, colaborar nas festas e solenidades

promovidas pelo estabelecimento, garantir e manter a higiene e qualidade no preparo da merenda escolar;

- Comportar-se com urbanidade e respeito no trato com o diretor, professor, alunos, pais e colegas;
- Controlar o uso de gêneros alimentícios dentro do prazo de validade;
- Receber e transmitir recados, trajar-se adequadamente, examinar diariamente a chegada de correspondência e encaminhá-la ao diretor da escola;
- Cumprir a escala interna de serviços organizada pela diretoria;
- Desempenhar outras atividades compatíveis com a natureza do cargo, que lhe forem atribuídas pelo diretor.

Ao Serviço do Reitor Disciplinar é papel:

- Controlar a entrada e saída do turno, comunicar ao professor, supervisor ou diretor da permanência de alunos no pátio;
- Auxiliar na organização de eventos escolares;
- Controlar o horário do término de aulas;
- Receber e transmitir recados;
- Examinar diariamente a chegada de correspondência e encaminhá-la ao diretor da escola;
- Acatar as ordens da escola, quanto ao horário de trabalho.

Compete ao Guarda Municipal:

- Zelar pela segurança e conservação do prédio.

A instituição atende o Ensino Fundamental das séries iniciais às séries finais, a Educação de Jovens e Adultos nos anos iniciais e finais e Turmas Multisseriadas que funcionam em 2º endereço.

A Escola Municipal Teodomiro Corrêa, escola-sede, compõe -se de 13 salas de aula, 01 sala de vídeo, 01 biblioteca, 01 secretaria, 01 área com bebedouro, 01

área como refeitório, 01 quarto para arquivo morto, 01 quarto para depósito de merenda, 04 sanitários, um pátio para laser e 01 sala de professores. A sala de vídeo funciona como secretaria do ensino médio, da Escola Estadual Aline Dias.

No segundo endereço funcionam a Escola Municipal Periperi, Escola Municipal de Bebedouro e Escola Municipal de São Bernardo.

Nestas escolas vinculadas funcionam as séries iniciais do Ensino Fundamental, são multisseriadas. As dependências físicas dessas escolas são de 01 sala, 01 área coberta, 01 cozinha e 02 banheiros, um masculino e outro feminino.

A estrutura administrativa financeira recebe como recurso da educação O Plano Nacional da Alimentação Escolar (PENAE) é destinado ao Ensino Fundamental; Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização do Magistério (FUNDEB) é destinado 60% do recurso para professores e 40% gastos em apoio ao Ensino Fundamental; Programa Nacional de Transporte Escolar (PNATE) é gasto com transporte escolar do Ensino Fundamental; Quota de Salário Educação (QSE) e Quota Estadual de Salário Educação (QESE) são destinados para capacitação, construção e combustível ao Ensino Fundamental.

A Educação de Jovens e Adultos tem o Programa de Educação de Jovens e Adultos (PEJA) recursos para pagamento de professores e manutenção.

Todos esses recursos da educação são administrados pela Prefeitura Municipal.

2.2– Estrutura Organizacional Pedagógica

A educação abrange para melhor desenvolver o processo formativo uma estrutura pedagógica bastante direcionada em relação à vida familiar, a convivência humana, movimentos sociais e culturais, assegurando a formação para o exercício da cidadania.

Os procedimentos metodológicos buscam atender as peculiaridades locais, bem como, o contexto socioeconômico dos alunos. É trabalhado com pesquisa, recortes e colagens, aula expositiva, trabalhos em grupos e individuais, apresentações teatrais e outras artísticas, projetos específicos a determinados temas transversais, aulas-passeio e entrevistas.

Os professores costumam usar em seus procedimentos metodológicos com maior frequência, as aulas expositivas e os trabalhos em grupos. É preciso que os mesmos, como mediadores do processo ensino-aprendizagem observam as condições de produção dos alunos, o tempo de realização, o entrosamento de um com o outro, o envolvimento, o compromisso e a criatividade nos trabalhos desenvolvidos avaliando assim, os alunos e pensando e repensando sua prática pedagógica.

Esta estrutura pedagógica é formada pelo especialista da Educação, professores e bibliotecário.

Ao Serviço de Supervisão compete:

- Articular o trabalho pedagógico da escola, coordenando e integrando o trabalho dos docentes, dos alunos e de seus familiares em torno de um eixo comum, o ensino-aprendizagem pela qual perpassam as questões do professor, do aluno e da família;
- Coordenar o planejamento e implementação do Projeto Pedagógico da escola, tendo em vista as diretrizes definidas no Plano de Desenvolvimento da escola;
- Participar da elaboração do plano de desenvolvimento da escola, delinear com professores o Projeto Pedagógico da Escola, explicando seus componentes de acordo com a realidade da escola;
- Coordenar a elaboração do currículo pleno da escola, envolvendo a comunidade escolar,
- Assegurar os professores na escolha e utilização dos procedimentos e recursos didáticos mais adequados a fim de atingir aos objetivos curriculares;
- Promover o desenvolvimento curricular, redefinindo, conforme as necessidades, os métodos e materiais de ensino, participar da elaboração do calendário escolar;
- Articular os docentes de cada área para o desenvolvimento do trabalho técnico-pedagógico da escola, definindo suas atividades específicas,

avaliar o trabalho pedagógico, sistematicamente, com vistas à orientação de sua dinâmica (avaliação externa);

- Participar com o corpo docente do processo de avaliação externa e da análise de seus resultados;
- Identificar as manifestações culturais características da região e incluí-las no desenvolvimento do trabalho da escola;
- Coordenar o programa de capacitação do pessoal da escola;
- Realizar a orientação dos alunos, articulando o envolvimento da família no processo educação;
- Coordenar o desenvolvimento do Projeto de Intervenção Pedagógica.

Ao bibliotecário compete:

- Realizar e enriquecer os trabalhos pedagógicos e de pesquisa;
- Orientar consultas e pesquisas bibliográficas na escola de publicações;
- Proporcionar condições para o desenvolvimento de habilidades de consultas, estudo e pesquisa;
- Proporcionar ambiente para formação de hábitos e gosto pela leitura;
- Zelar pelo uso adequado de todo material de biblioteca, mantendo-o em condições de utilização permanente e controlar rigorosamente o empréstimo de todo o material de biblioteca;
- Proceder ao levantamento anual das necessidades de ampliação do acervo bibliográfico, junto ao pessoal administrativo, técnico, docente e discente do estabelecimento;
- Responsabilizar-se pela guarda, conservação e orientação do uso de equipamento áudio-visual;
- Desempenhar outras atividades compatíveis com a natureza do cargo, que lhe forem atribuídas pelo diretor.

Compete ao Professor Regente da turma:

- Planejar e executar o plano de ensino de todos os anos de escolaridade de sua atuação e deve ser elaborado coletivamente, sob acompanhamento do Especialista de Educação, de forma flexível, preferencialmente em unidades temáticas, para permitir aos professores a trabalharem com as diferenças individuais e sócio-culturais, considerando as características dos conteúdos, a interdisciplinaridade, o nível de aprendizagem dos alunos.

O Plano de Ensino do ano de escolaridade é tarefa do professor, consiste na organização do processo do trabalho a ser desenvolvido no ano letivo em curso, em turma e em cada disciplina.

O Plano de Unidade, tarefa do professor consiste no detalhamento bimestral do Plano de Ensino, acompanhado e monitorado pelo serviço de Supervisão e/ou Orientação.

O Plano de Aula, tarefa do professor, consiste no detalhamento diário do Plano de Unidade do ano de escolaridade.

Ao professor de reforço compete:

- Reforçar a aprendizagem de seus alunos;
- Recorrer às autoridades superiores quando necessário, requisitar material necessário para desempenhar seus trabalhos, avaliar seus alunos para observar os avanços conquistados a fim de trabalhar as dificuldades apresentadas, ser pontual assíduo, leal à instituição.

As atividades do planejamento escolar para melhor desenvolvimento exigem que a parte pedagógica venha a delinear seus projetos com gradual diversidade a fim de tornar acessível ao aluno seu desenvolvimento pessoal, no âmbito global, incluído capacidades de equilíbrio, hábitos, atitudes, habilidades, flexibilidade, espírito crítico, etc.

Para esse crescimento a escola deve oferecer sempre o lícito direito da participação na vida escolar, oportunidade de discutir, analisar e selecionar valores morais.

3. CURRÍCULO

O currículo é uma construção social historicamente situado e culturalmente determinado no processo educacional. O ensino-aprendizagem está amplamente vinculado e integrado ao currículo. Constitui-se da interação entre os sujeitos envolvidos no processo e a escola por uma referência teórica que o sustente.

Esse processo é composto por uma metodologia de construção coletiva relativa à organização do conhecimento escolar. O currículo está constantemente voltado ao contexto social considerando os sujeitos da aprendizagem que vive em sociedade.

O conhecimento escolar é o ato de conhecer, assimilar, reelaborar, criticamente, interpretar, reinterpretar/ recriar informações e conceitos.

A organização curricular precisa da análise e compreensão do conhecimento escolar (conteúdo). Para isso o currículo tem que ser integrado procurando agrupar as disciplinas num todo onde cada conteúdo deixa de ter significado por si, só passando a ter função bem definida e explícita dentro de todo o processo educativo.

O currículo oculto que é transmitido pela sala de aula e pelo ambiente escolar através de conteúdos curriculares, metodologia e recursos de ensino.

A definição de objetivos, a seleção e a organização das matérias e respectivos conteúdos devem ser considerados de acordo com as perspectivas da escola, levando em conta o contexto social do aluno e temas/ questões que realmente tenham significado em sua vida.

É fundamental que os objetivos, tanto os mais amplos como específicos sejam claros e precisos e que sejam assumidos pelos servidores em função social e política nos diferentes níveis de ensino. E também que cada objetivo, conteúdo e atividade tenham significados para abordar que tipo de educação, conhecimento e cidadão deseja formar.

A organização curricular abrange diversos espaços de elaboração de conhecimentos e diferentes linguagens: A construção da identidade, os processos de socialização e o desenvolvimento da autonomia. Essa organização se dá por dois âmbitos de experiências que são: Formação Pessoal e social e Conhecimento de Mundo.

A formação pessoal e social refere-se a experiência que favorece a construção do sujeito oferecendo condições para que as crianças aprendam a

conviver, a ser e a estar com os outros e consigo mesmas em atitudes básica de aceitação, de respeito e confiança. Esse âmbito tem denominado como eixo de trabalho identidade e autonomia.

Esses aspectos citados nas capacidades anteriores são aspectos também relacionados ao Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos, além da Educação Infantil, os quais expressam a formação básica necessária ao exercício da cidadania.

Formar cidadãos para a cidadania requer participação política de todos na definição de rumos, em movimentos sociais e questões de todos os níveis da vida cotidiana.

O Jovem e o Adulto são sujeitos carregados de conhecimentos construídos ao longo da vida, a serviço da tarefa profissional que buscam conhecimentos com intenções muito específicas a sua cultura e etnia.

A estrutura do currículo integrado na base comum dos anos iniciais do Ensino Fundamental é: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, Geografia, História, Ed.Física, Ed.Artística, Ed.Religiosa e na parte Diversificada é Inglês como Língua Estrangeira e Informática.

A organização Curricular da EJA é constituído da Base Nacional Comum que constitui-se das seguintes áreas: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, Geografia, Artes, História e Ed. Artística.

A Educação Física e Educação Religiosa serão trabalhadas através de projetos fora do horário estabelecido para as três aulas diárias. Os temas transversais são integrados nos diferentes componentes curriculares.

Os aspectos da vida cidadã são articulados e integrados nas áreas de conhecimento da Base Nacional Comum e Parte Diversificada.

Os dias letivos anuais de todas as modalidades de ensino são de 200 dias. E a carga horária anual do Ensino Fundamental nos anos iniciais é de 800 horas. O Ensino Fundamental anos finais é de 833 horas e 20 minutos, horas e na Educação de Jovens e Adultos são de 2.068 horas.

O professor de Educação Física do Ensino Fundamental anos iniciais é o regente da turma e do Ensino Fundamental anos finais, regente de aula, sendo que nos anos finais os professores são habilitados para cada disciplina especificamente.

A Educação Física é o componente curricular obrigatório da educação básica, sendo sua prática facultativa ao aluno; que cumpra jornada de trabalho igual ou

superior a seis horas; maior de trinta anos de idade; que estiver prestando serviço militar e que tenha filhos.

A Educação Religiosa, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais do ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural e religiosa do Brasil vedadas quaisquer formas de proselitismo.

A prática da Educação de Jovens e Adultos prioriza a formação integral voltada para o desenvolvimento de capacidades e competências adequadas, para que todas possam enfrentar, no marco do desenvolvimento sustentável, as novas transformações científicas e tecnológicas e seu impacto na vida social e cultural favorecendo ao conhecimento a diversidade de etnias, as manifestações regionais e locais, bem como, a cultura popular por meio da construção social fundada na interação entre teoria e prática.

4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

O Tempo Escolar favorece à transmissão de conhecimento e qualificação de resultados. É um tempo social, de construção cultural e pedagógica que é adaptado de acordo com as singularidades do contexto escolar.

O Calendário – escolar que padroniza o início e o fim do ano, prevê dias letivos, jornadas de trabalho, as férias e recessos, os feriados cívicos e religiosos, datas pedagógicas especiais que são: Planejamentos, avaliações, recuperações, reuniões, cursos e assembléias escolares etc. O Calendário é adaptado segundo as características climáticas e culturais locais e regionais.

O horário escolar o qual determina o número de horas / aula varia na grade curricular de acordo com o número de aula por professor.

Os Anos Iniciais do Ensino Fundamental tem 200 dias letivos, 40 semanas letivas, 05 dias semanais, 50 minutos de duração do módulo, 04 horas de duração do turno, 800 horas de duração da carga horária anual e 15 minutos de duração de recreio.

Funcionam no período matutino das 07h00min às 11h15min, exceto 03 turmas de fase introdutória que funcionam no período vespertino de 12h00min às 16h15min. As turmas vinculadas também funcionam no período matutino de 07h00min às 11h15min.

Então no período da manhã tem 16 turmas à tarde 03, num total de 19 turmas nos anos iniciais do ensino fundamental. O recreio no matutino da escola sede funciona de 9:00 às 9:15 para 2º e 3º ano e de 9:30 às 9:45 para o 4º e 5º ano. Nas Turmas Vinculadas funcionam de 9:00 às 9:15 e no 1º ano de 14:00 às 14:15.

Os Anos Finais do Ensino Fundamental tem 200 dias letivos, 05 dias semanais, 40 semanas letivas, 50 minutos de duração do módulo, 10 minutos do recreio e 833:20 horas de carga horária anual. Esses anos funcionam no período vespertino e noturno.

No vespertino é das 12:00 às 16:20 com o recreio de 14:30 às 14:40 e no período noturno das 18:00 às 22:20 com o recreio das 20:30 às 20:40 horas. Nos anos finais funcionam 10 turmas no período da tarde e 03 no período da noite.

O ano letivo é dividido em quatro períodos bimestrais do Ensino Regular à Educação de Jovens e Adultos. O tempo dedicado à formação profissional ao trabalho em equipe e ao planejamento é essencial á jornada de trabalho.

Temos de tomar consciência que nosso tempo deve ser algo próprio. Algo que nos ocorre e em que podemos intervir ativamente, convertendo-o em tempo vivido, sentido e conscientemente assumido por cada um de nós. Por isso, a escola deve favorecer aos cidadãos aprendizes, uma reflexão e autonomia na organização do tempo. É primordial também que a escola estabeleça períodos de estudos e reflexão de equipes de educadores para aprofundamento de conhecimentos.

Nossa maneira de sentir o tempo depende tanto da satisfação que nos proporcionem as atividades que realizamos quanto ao intervalo temporal que tenhamos para realizá-las.

O espaço escolar é o ambiente em que são desenvolvidas atividades educativas com sujeitos do conhecimento. Ele propicia condições para o desenvolvimento e aprendizagem.

No Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos a sala de aula para facilitar o processo educativo dispõe-se de carteiras tanto enfileiradas como também em círculo que contribui para o trabalho em grupo e o diálogo.

É interessante que o professor deixe os armários destrancados para desenvolver a autonomia dos alunos e que os mesmos tenham acesso aos materiais de uso freqüente. As paredes da sala são usadas para exposição de trabalhos individuais e coletivos, murais e desenhos desenvolvidos na sala.

Os professores também usam biblioteca para execução do seu plano. Durante os trabalhos realizados há disposição, ordem e conservação da limpeza do ambiente. O quadro negro é usado com desejos e motivação, intenções e virtualidades onde o professor ganha efetividade e sentido delineando seus planos e programas, objetivos traçados e metodologias de ensino.

Os espaços extra-sala são usados para atividades físicas e eventos estudantis. São explorados no currículo os espaços da comunidade para trabalhos de campo, teatros, pesquisa e entrevistas. Antes da exploração desses espaços de caráter social é primordial que os educandos tenham conhecimento sobre o lugar, os objetivos e o que deve ser observado.

A escola tem que observar que ambiente é mais solicitado pelos alunos, que mais lhes chamam a atenção e apoiar valorizando as iniciativas dos alunos proporcionando um espaço educativo construtor de valores e atitudes solidárias.

5. PROCESSOS DE DECISÃO

A existência de estruturas democráticas de decisão na escola, das quais participam todos os envolvidos no processo educacional, é condição para que uma educação democrática aconteça, alicerçando a escola de qualidade.

A escola tende a usar várias formas de conhecimento deixando-se interpenetrar por elas permitindo enriquecer a relação com os grupos da qual faz parte.

Esse grupo nada mais é que o processo de decisão coletiva, grupo que opta nas decisões da escola, grupo heterogêneo que governa com participação, respeito e objetividade e com uma finalidade comum: Crescer no âmbito social, político, filosófico, cultural e democrático. Dentre o processo de decisão coletiva destaca-se em nossa escola:

Conselho de Classe

É um órgão colegiado que se reúne ao longo do ano letivo e no final dele e que avalia coletivamente o processo de aprendizagem do aluno, subsidiando, dessa forma, a construção do projeto pedagógico da escola.

O Conselho de Classe tem como objetivo:

- Uso de metodologias e estratégias de ensino;
- Critérios de seleção de conteúdos curriculares;

- Apreciar o desempenho dos alunos ao longo e ao final do ano de escolaridade;
- Elaborar fichas de registros do desempenho do aluno para o acompanhamento no decorrer dos anos e para informação dos pais;
- Avaliar o desempenho de cada aluno nas atividades escolares desenvolvidas ao longo do ano;
- Identificar as necessidades específicas, encaminhando-o para realizar estudos autônomos.

O Conselho de Classe deverá ser constituído pelo pessoal docente e técnico – pedagógico, a saber: Diretor, supervisor, professor, secretário e Aluno representante de turma, devem prever um mínimo de 04 (quatro) reuniões do conselho de classe ao longo do ano letivo, registradas no calendário escolar.

Conselho de Educação

É o órgão representativo da comunidade escolar com funções deliberadas e consultivas no que se refere á gestão pedagógica, administrativa e financeira da escola, respeitando as normas legais que orientam o funcionamento do sistema educacional. Compete ao Conselho de Educação:

- Aprovar a proposta pedagógica, o plano de desenvolvimento da escola e o regimento escolar, acompanhando a sua avaliação.
- Aprovar o calendário escolar e quadro de horário da escola;
- Acompanhar a avaliação da escola, de seus servidores e alunos;
- Acompanhar e avaliar os projetos implantados pela escola;
- Indicar se solicitado profissionais da educação para compor a Comissão de Avaliação de Desenvolvimento Individual e Avaliação Especial de Desenvolvimento do Servidor em Estágio Probatório;
- Aprovar a proposta de aplicação de recursos financeiros gerados pela caixa escolar, levando em conta as necessidades da escola;
- Propor e aprovar parcerias com organizações sociais;
- Divulgar para a comunidade escolar as ações realizadas pelo colegiado.

A contribuição do conselho no processo educativo é importantíssima no direcionamento das questões pedagógicas, na resolução dos problemas que surgem

no cotidiano da vida escolar, no acompanhamento do desempenho dos alunos e dos profissionais, na participação solidária e na cooperação para melhorar a escola e seu entorno. Afinal, a escola pertence a todos que compõem o colegiado.

Grêmios Estudantis

O grêmio estudantil é uma forma de representação dos alunos dentro da escola, tem como objetivo promover o crescimento intelectual, cultural e social.

É o órgão representativo dos estudantes, veículo de formação para a cidadania, espaço para o desenvolvimento social dos alunos. A escola incentiva a formação e a atuação, considerando que o grêmio é um parceiro do projeto educacional da escola.

O grêmio ou clube de leitura se organiza em primeiro lugar pela sensibilização da comunidade escolar. Essa sensibilização é de grande importância, ela deve ser precedida por discussão para que os alunos tenham a chance de construir um conceito de cidadania, de protagonismo e de grêmio.

É importante que o grêmio possua um estatuto aprovado pelos alunos, campanha eleitoral, e finalmente proceda-se à eleição à posse da chapa vencedora.

O grêmio tem embasamento legal em LEI n/ 739, de 04 de novembro de 1995-dispõem sobre a organização estudantil e dão outras providências.

A direção da escola, os professores e os demais profissionais precisam disponibilizar uma parte de seu trabalho para a orientação necessária aos alunos, de tal que o grêmio alcance seus objetivos e possa efetivamente contribuir para a formação cidadã de todos eles.

A comunidade escolar, pais, comerciantes, etc... Pode e deve oferecer o seu apoio no desenvolvimento das atividades do grêmio estudantil.

Entretanto, o maior apoio do grêmio vem das diretorias eleitas, por meio de um trabalho sério, bem planejado, do qual todos queiram participar e do qual sintam orgulhosos.

Para tanto, é preciso que os membros da diretoria se capacitem para a elaboração e implementação de um plano de ações, com o objetivo e resultados esperados expresso de maneira clara, tarefas bem definidas e bem distribuídas, um cronograma realista.

A diretoria do grêmio deve se lembrar de que está exercendo uma ação que tem impacto sobre a comunidade interna e externa da escola. Portanto, é preciso que esteja preparado para responder bem pelos seus atos.

Para aprender a fazer esse tipo de planejamento da maneira mais adequada, o grêmio (clube de leitura) pode recorrer à equipe de especialista da escola ou direção.

Reforço

A escola se dispõe do reforço que funciona no mesmo turno, horário como objetivo de um atendimento específico e individualizado às dificuldades dos alunos.

As estratégias do reforço ampliam as possibilidades de sucesso da escola proporcionando uma relação mais flexível e dinâmica entre os professores e alunos uma vez que as crianças não têm apresentado um grau satisfatório de alfabetização e letramento, seja para prosseguir na vida escolar, seja para entregar-se na vida social.

O reforço tem que acontecer com entrosamento entre o professor de reforço e o professor regente à respeito dos alunos com informações do processo (atitudes, valores, compromissos, participação, dificuldades...) para melhor desenvolver e com qualidade o aprendizagem.

6. RELAÇÕES DE TRABALHO

O relacionamento interpessoal se dá na troca de diálogo por meio da comunicação entre seres humanos. A relação no meio social e educacional é o ponto de partida para ações significativas e produtivas. A troca de saberes entre profissionais dos diversos segmentos educativos é fruto de bons relacionamentos profissionais.

Essa Instituição de ensino sempre busca uma ligação comunicativa e dialogada com a comunidade social e familiar com o intuito de informar aos pais e responsáveis de alunos sobre o rendimento escolar do filho. Ela está sempre com seu trabalho voltado à sociedade devido atender cidadãos que convivem em sociedade.

Os professores são mediadores de conhecimentos, os mesmos com a troca de informações com alunos entre alunos com o ensino-aprendizagem; onde ambos ensinam e aprendem, trocam conhecimentos contextualizados. A direção com os

funcionários entre si buscam procedimentos éticos e estéticos uns com os outros com a finalidade da aquisição do respeito mútuo, da solidariedade e da troca de conhecimentos.

O educando se faz com o trabalho de todos os servidores das diversas funções por meio da coletividade. Sabe-se que o conjunto só se forma com a relação de um ao outro, criando laços e quebrando barreiras que a atualidade nos apresenta.

7. AVALIAÇÃO

A avaliação do trabalho escolar deve conter um conjunto de ações encaminhadas para recolher uma série de dados em torno dos alunos com o propósito de obter respostas satisfatórias ou não de aprendizagem e atender as necessidades peculiares e o envolvimento individual.

Mesmo as pesquisas pedagógicas feitas independentemente da avaliação escolar corrente têm, em geral, o objetivo de orientar uma inovação, fundamentar uma defesa pró ou contra tal reforma, aumentar a eficácia do ensino ou da seleção. A avaliação corrente praticada pelos professores pode igualmente ser utilizada para fins de gestão do sistema em duplo sentido.

O método de avaliação adotado atualmente na escola baseia-se na avaliação inicial, formativa, diagnóstica, informativa e progressão continuada que são baseadas em objetivos educacionais definidas para cada ano ou etapa.

A avaliação inicial e diagnóstica a escola detecta os conhecimentos que os estudantes já possuem quando inicia o ano letivo e com ela o professor pode posicionar-se diante do grupo para planejar melhor seu processo de ensino e aprendizagem.

E na avaliação formativa os professores têm a tarefa de fazer ajustes constantes entre o processo de ensino e de aprendizagem para ir adequando a evolução dos alunos e possibilitar ao professor estabelecer novas pautas de atenção.

A progressão continuada oferece ao aluno novas oportunidades com aulas de reforço na própria escola ao longo do ano letivo.

Nos anos iniciais/ ciclo os resultados obtidos das avaliações são relatados em fichas descritivas apropriadas.

Na avaliação de 6º ao 9º ano adotou-se a avaliação cumulativa, diagnóstica, somativa, e a progressão continuada.

Os resultados destas avaliações são expressos em notas e são distribuídos 100 (cem) pontos no ano escolar e o aluno deve ter uma média de 50% ao longo do ano para ter uma avaliação para o ano de escolaridade seguinte.

O aluno que não conseguir obter esta porcentagem, a escola ainda oferece os estudos orientados, estudos autônomos que tem o acompanhamento do supervisor e do professor da disciplina não concluída.

A progressão parcial é realizada com a participação ativa dos alunos onde os mesmos freqüentam as aulas de recuperação das disciplinas não concluída, em outro turno, propiciando aos mesmos somar as dificuldades encontradas no ano de escolaridade anterior.

Esse processo no primeiro momento acontece de fevereiro á junho, no segundo momento de agosto à dezembro. E tem o acompanhamento da especialista, diretor, professores e pais.

A avaliação da aprendizagem na Educação de Jovens e Adultos realiza-se através da análise constante do desenvolvimento do aluno por meio de fichas de registro onde serão relatados os progressos e dificuldades encontradas, serão aplicadas também atividades avaliativas e somativas que determinarão à continuidade do aluno na etapa seguinte, pois o mesmo deverá obter uma média de 50% (cinquenta por cento) do total de 100% (cem por cento) distribuída ao longo do ano letivo para o avanço na etapa à seguinte.

O resultado das avaliações são através de notas, gráficos e discussões com os alunos, professores e especialistas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto Político Pedagógico é um instrumento norteador da prática pedagógica, um suporte no ensino-aprendizagem, uma vez que, orienta a gestão democrática e a equipe administrativa pedagógica nas ações desenvolvidas na escola.

Sabe-se que falta estrutura física e equipamentos adequados ao bom funcionamento das atividades educativas, mas os programas atuais vigentes estão gradativamente dando sustentabilidade às ações propostas no Projeto Político Pedagógico, favorecendo ao enriquecimento do ensino. É imprescindível a revisão contínua deste, para que suas metodologias sejam eficazes.

Para isso faz-se necessário grupos de estudos com a finalidade de aprofundar o conhecimento visando uma prática significativa.

As dificuldades encontradas para desenvolver os conteúdos/ procedimentos metodológicos previstos no PPP estão relacionadas aos aspectos sociais e morais ora deparados nos comportamentos dos educandos que são reflexos de uma sociedade conflituosa e muitas vezes não há parceria dos demais órgãos sócios educativos.

Portanto, a gestão democrática deve assegurar o processo educativo com eficiência, moralidade, publicidade, impessoalidade e legalidade concretizando assim, as ações estabelecidas no Projeto Político Pedagógico da Escola.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, J. M. L. **O Projeto Político-Pedagógico no Contexto da Gestão Escolar**. Jornal do Professor, Home Page da TVE, v. 1, p. 1-5, 2005.

_____; FONSECA, Marília (orgs.). **As dimensões do projeto político-pedagógico**. Campinas, SP: Papirus, 2001.

BRASIL: Lei Federal nº 7389 de 04 de novembro de 1985.

BRASIL: Lei nº 8.069 de 13 de Julho de 1990, art. 53, inciso IV.

_____ (org.). Projeto político-pedagógico da escola – uma construção possível. 2ª. Ed. Campinas, SP: Papirus, 1996.

GADOTTI, Moacir. **Pressupostos do Projeto Pedagógico**. Cadernos da Educação Básica, O projeto pedagógico da escola. Atualidades pedagógicas. MEC, 1994.

VEIGA, Ilma Passos A. **Perspectivas para reflexão em torno do projeto político-pedagógico**. In: VEIGA, Ilma Passos A. e RESENDE, Lúcia G. de (orgs.). Escola: espaço do projeto político-pedagógico. Campinas, SP: Papirus, 1998.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (org) **Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção possível**. 2ª edição Papirus